



SÃO PAULO

Em 30 de abril de 1.963.

Senhor Ministro Presidente.

Na comprovação ao que dispõe o Regimento Interno deste Tribunal, tenho a honra de submeter à elevada apreciação de V. Excia. um Relatório geral e circunstanciado das múltiplas atividades desenvolvidas por esta Justiça, compreendendo o Tribunal Regional do Trabalho, as 23 Juntas de Conciliação e Julgamento da Capital e 20 outras de interior do Estado de São Paulo, 4 Juntas no Estado do Paraná e duas em Mato Grosso.

Dirvo-me ainda do encôjo para uma ex-planação dos trabalhos desempenhados por esta Presidência no curso do honroso mandato que lhe foi conferido pelos ilustres desembargadores integrantes do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região.

DO TRIBUNAL

I - Composição e substituições

Este Tribunal teve, uma vez mais, em sua vice-presidência o Exmo. Sr. Juiz Honório Diniz Gonçalves; e como demais membros titulares os Exmos. Srs. Juízes Hélio Tupinambá Fonseca, José Teixeira Pontesado, Hélio de Miranda Guimarães, José Ney Serrão, Carlos de Figueiredo Sá, Wilson de Souza Campos -

Campos Batalha e Antônio José Pava, estes dois últimos representantes classistas.

Face ao afastamento do Juízes togados, em decorrência de férias e licença para tratamento de saúde, tiveram assento nesta Corte, em conformidade com o Regimento Interno, os Irmãos. Srs. Juízes Carlos Bandeira Lins, Gilberto Barreto Fragoso e Fernando de Oliveira Coutinho. Obedeceram à convocação para o fim de substituir os Irmãos. Srs. Juízes Clas-
sistas, o suplente do Juiz Clasista, Dr. Ivo Fracalanza e os Vogais Marcelino Marques e João Alberto Bressan.

Designados pelo Decreto Federal de 9 de junho de 1962, publicado no Diário Oficial da União de 11 do mesmo mês, a 18 de junho tomaram posse e entraram no exercício das funções de Juiz representante dos empregadores e Juiz representante dos empregados, respectivamente, os Drs. Wilson de Sousa Campos Batalha e José Antônio Pava.

III- Discussões e Exposições

Tendo em vista a aposentadoria do Juiz Presidente da Junta de Conciliação, bem como a vaga existente na Presidência da 6ª Junta de Conciliação e Julgamento deste Capital, cabe ao Tribunal, logo em Janeiro, determinar as providências preliminares que o caso requeria.

*

Quatro Juntas de Conciliação e Julgamento na Capital, e mais as de Araraquara, Taubaté, São Carlos, Mogi das Cruzes, São Bernardo do Campo, Guarulhos, Rio Claro, Americana, Bauru, Barretos, Piracicaba e São José dos Campos - no Mato Grosso de São Paulo; Londrina, Ponta Grossa e 2º de Curitiba - no Paraná; e Corumbá - em Mato Grosso, foram criadas na Justiça do Trabalho da 2ª Região pela Lei 3.873 de 30 de janeiro de 1.961.

Exaurido o prazo legal de inscrição no concurso de magistério, aberto em fins de 61, e que tinha em mira o preenchimen-

preenchimento daquelas vagas, procedeu o Tribunal, em sessão de 26 de fevereiro, à indicação dos únicos nomes inscritos, Juízes Mauro Quaresma de Moura, Rubens Ferrari, Clóvis de Castro e Campos, Francisco Garcia Monreal Júnior e Júlio Assumpção Malbedas. As Juntas escolhidas foram: 20^a, 21^a, 22^a, 23^a desta Capital e 2^a de Curitiba, respectivamente.

* * *

Mês de 9 de março trouxe a público determinação do Egrégio Tribunal que se consubstanciava na abertura do concurso de Promoção no cargo de Juiz do Trabalho Presidente, e que se processaria, ex vi legis, por antiguidade e merecimento. A Promoção por antiguidade daria-se para as cidades de Cuiabá, Araraquara, São José dos Campos, Ourinhos, Rio Claro, Americana, Barretos, Ponta Grossa e Goiânia. Por merecimento, o acesso se faria para as cidades de Ribeirão Preto, Itu, Mogi das Cruzes, São Bernardo do Campo, São Carlos, Bauru, Piracicaba e Londrina.

* * *

Em maio, trilhando ainda o critério de antiguidade e merecimento, foi aberto concurso de Renovação e Promoção para preenchimento dos cargos de Juiz Presidente das Juntas de Curitiba (1^a), Sorocaba, 1^a e 2^a de Santos, Santo André e São Caetano do Sul, cujos titulares ocupavam já a Presidência das Juntas acima mencionadas, isto é, 20^a, 21^a, 22^a, 23^a e 6^a Juntas da Capital e 2^a de Curitiba.

III- Posse dos Juizes renovados

Pelo Decreto Federal de 9/5/62, publicado em igual data pelo Diário Oficial da União, o Juiz José de Barros Vieira Júnior, renovado que fôra da Junta de Sorocaba, em 11 de maio tomou posse e entrou em exercício na 6^a Junta de Conciliação e Julgamento desta Capital.

Pelo mesmo Decreto e na mesma data, tomaram posse e entraram em exercício na Presidência das Juntas 20^a, 21^a, 22^a e 23^a, respectivamente, os Juízes Neuró Quaranta de Moraes, Rubens Ferrari, Clóvis de Castro e Campos, e Francisco Garcia Monreal Júnior que, pela ordem, deixaram as Juntas de Santo André, 1^a e 2^a de Santos e São Caetano do Sul.

Da Presidência da 1^a foi removido para a 2^a Junta de Conciliação e Julgamento de Caritiba o Juiz Júlio Assumpção Malhadas, cujo exercício ocorreu a 8 de junho.

*

Compre ressaltar que o Juiz Francisco Garcia Monreal Júnior que teve posse e exercício na Junta de São Caetano do Sul em 31 de janeiro de 62, ocupava anteriormente a Presidência da Junta de Ribeirão Preto, formalizando-se sua remoção pelo Decreto Federal de 29/12/61, publicado no Diário Oficial da União de 2/1/62.

*

Fimda essa fase, numa de suas sessões de julho, reuniu-se o Tribunal para o fim de indicar, por antiguidade e merecimento como estabelece a Lei, os nomes dos Juízes Substitutos e correspondentes Juntas cuja Presidência passariam a ocupar.

Procedeu-se, em continuidade, às indicações dos beneficiários classificados no concurso realizado em junho de 60, tendo em vista as vagas de Juiz do Trabalho Substituto que, obviamente, se abririam.

*

No mês seguinte, em sessão extraordinária, após apreciar Mandado de Segurança interposto pela Sra. Sra. Neuzenice de Aguiar Barreto Bustner, o Tribunal decidiu - por indicar o nome da impetrante para a vaga de Juiz Presidente da Junta de São José dos Campos.

IV- Passa a exercício das Juntas Presidentas da
Justas, Encarregados.

Aos nove dias do mês de outubro de 62, provídeu que foram, por antiguidade, pelo Decreto Federal de 23/9/62, publicado no Diário Oficial da União de 3/10/62, tomaram posse e entraram no exercício da Presidência de suas respectivas Juntas, os seguintes Juízes: Antônio de Sousa Nogueira Filho - J.C.J. de Corumbá; Waldemar Thomazino - J.C.J. de Cuiabá; Henocles de Azevedo Barreto Kustner - J.C.J. de São José dos Campos; Valentim Rosique Carrion - J.C.J. de Parápolis; José Victorio Pasenelli - J.C.J. de Araraquara; Reynaldo Prestes Nogueira - J.C.J. de Rio Claro; Wagner Ordão Giglio - J.C.J. de Americana; Floriano Corrêa Vas da Silva - J.C.J. de Ponta Grossa; José Anchieta Palleiros - J.C.J. de Santos (1^a); Helder Almeida de Carvalho - J.C.J. de São Caetano do Sul; Henocles Azevado Aires de Alencar - J.C.J. de Guarulhos.

S, pelo critério de merecimento, os Juízes: José Antônio Beretta - J.C.J. de Ipiranga; Pedro Ribeiro Tavares - J.C.J. de Curitiba (1^a); Lázaro Pittencourt de Camargo - J.C.J. de Bauru; Horácio de Salles Cunha Júnior - J.C.J. de Ribeirão Preto; Francisco de Mattos Rangel - J.C.J. de São Carlos; - Carlos Muardo de Figueiredo - J.C.J. de Piracicaba; Clóvis Canellas Salgado - J.C.J. de Taubaté; José Luiz Vasconcelos - J.C.J. de Sorocaba; João de Freitas Guimarães - 2^a J.C.J. de Santos; Aluysio Mendonça Sampaio - J.C.J. de Mogi das Cruzes; José Morim - J.C.J. de São Bernardo do Campo.

V- Passa a exercício das Juntas Substitutas

Designados pelo Decreto Federal anteriormente citado, em nove de outubro de 1962, cumpridas as formalidades legais, - tomaram posse e entraram no exercício do cargo de Juiz do Trabalho Substituto da 2^a Região, os bacharéis Antônio Carlos Ferreira dos Reis, Délvio José Machado Lopes, Roy Wilson Prado, Waldemar do Amaral Gurgel Viana, Neyde do Nascimento Martins Brandão, João Antônio Gonçalves de Moura, Roberto

Roberto Gouvêa, José Mello Gonçalves, Francisco Eduardo Iguaúira Pacheco, Ildemiro Aires de Abreu, Plínio Coelho Brum-
dão, Walter de Moraes Fontes, Edith Ehsan Manegaz Duarte, Cinolda Lavorato Pereira.

A bacharel Lillian Ottobrini Costa Dacena, igualmente
nominada por aquélle Decreto, para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto, sómente teve seu término de posse e exerce-
cício lavrado a 22 de outubro.

Integravam ainda a relação de nomeações ao cargo de Juiz do Trabalho Substituto, constante daquela Decreto, os
bacharéis Fernando Noronha, Hamilton Ernesto Antonino Reynaldo Proto, Samir Sáffadi, Luiz Carlos da Cunha Avelar, Roy
Moura do Nascimento, Antônio Celso de Oliveira Carvalho e
Gilberto de Araujo Leite, que, todavia, deixaram de ser em
possesso em tempo regulamentar. Dêstes, os bachelis Fernan-
do Noronha, Samir Sáffadi, Luiz Carlos da Cunha Avelar e
Hamilton Ernesto Antonino Reynaldo Proto, apresentaram re-
querimentos a esta Presidência, em que pediam a prorrogação
do prazo para posse, no que foram atendidos.

•

No dia 27 de dezembro foram lavrados, respectivamente,
os termos de posse dos bachelis Fernando Noronha e Sa-
mir Sáffadi. Dêles nenhum entrou em exercício durante 62.

O bachelar Hamilton Ernesto Antonino Reynaldo Proto
teve sua posse e exercício aos 7 dias do mês de dezembro.
Por seu turno, o bachelar Luiz Carlos da Cunha Avelar, atra-
vés fundados requerimentos, cujos motivos foram considera-
dos por esta Presidência, teve sua posse aliada para 1.963.

•

Pelos trâmites legais, o bachelar Gilberto de Araujo
Leite encaminhou ao Presidente da República, requerimento
em que solicitou fosse tornado com efeito o ato de sua no-
meação.

A vaga deixada pelo bacharel Gilberto de Araujo Leite, somaram-se as das bacharéis Ney Moura do Nascimento e Antônio Celso de Oliveira Carvalho, cujo prazo legal de posse esgotou-se sem que ambos de qualquer forma se manifestassem.

Por via de consequência, para as três vagas existentes êste Tribunal, na sessão extraordinária de 7 de novembro, resolveu indicar para a primeira, o bacharel José Roberto do Prado Parreto, classificado em 46º lugar; bacharel Júlia Cogná Silveira, classificada em 49º lugar; bacharel Waldemar Coelho, classificado em 50º lugar. A segunda vaga, as dois bacharéis remanescentes da lista anterior e mais o bacharel Benedicto Roberto Franco, classificado em 51º lugar. Para a terceira vaga, sómente os dois bacharéis remanescentes da lista anterior, visto haver-se esgotado a lista de bacharéis aprovados no referido concurso. As devidas nomeações não tiveram sua publicação em 1.962.

VI - Das sessões

No transcorrer de 1962, 212 sessões foram efetuadas, dentre as quais 116 ordinárias e 66 outras de cunho extraordinário. Nada menos de 4.329 processos foram julgados, o que permite estabelecer-se a média de 30 processos examinados em cada sessão. A rapidez na distribuição da Justiça foi inteiramente cumprida por êste Tribunal, que se esteve continuadamente ao limite temporal que o próprio Direito resguarda à garantia dos que a ele recorrem.

O êxito da tarefa compartilham, por todos os títulos, os ilustres Procuradores e Advogados que aqui militam - inesoravelmente fiéis aos princípios que norteiam as atividades que especificadamente lhes competem; bem como os funcionários que, indistintamente, com dedicação e eficiência, se aplicam às suas funções.

VII- Alteração da disposição da Reg. Interno

Aos primeiros dias do mês de junho, houve por bem o Tribunal Regional do Trabalho operar a alteração do artigo 16 do seu Regimento Interno que passou a ter a redação seguinte: "Os Juízes do Tribunal terão férias individuais de 60 dias, podendo gozá-las em duas parcelas iguais, mas não simultaneamente mais de três Juiz's."

VIII- Decisões

4.304 processos entraram para julgamento em 1962, que - somados aos 1.017 herdados de 1961, perfazem 5.321 processos em movimento. Julgados 4.221, os restantes 1.097 passaram ao ano - de 63. Igualmente apreciados foram 105 embargos declaratórios - ou processos que retornaram a novo julgamento. Alcançou portanto 4.329 o número global de julgados.

*

Quanto aos 143 Dissídios Coletivos que tiveram andamento ao correr do ano - incluídos 23 de 1961 - , 19 foram amaldiçoados, restando, como é concluinte, 124 feitos. Para Instrução fere da sede seguiram 30 processos, neve dos quais encontravam-se na mesma fase processual em 31 de dezembro. Reduziu-se assim a 94 o total de Dissídios a serem processados na sede. Considerando-se que, destes, 15 mantinham-se também em fase de Instrução no final de 62, temos que efetivamente instruídos foram 79 processos. Registraram-se 108 audiências de Instrução e Conciliação.

IX- Locação de prédios

O Tribunal Regional do Trabalho defrontou-se em 1962, - entre outros, com o problema referente à locação de prédios para o funcionamento das Juntas de Conciliação e Julgamento, criadas no ano que passou. As dificuldades, embora transponíveis, - não foram de fácil solução, visto que as Juntas a serem -

serem instaladas, espalhavam-se pelo interior a fora de São Paulo, Ribeirão Preto e Paraná.

No Janeiro o Tribunal aprovou a reforma do contrato de locação do prédio onde funciona a Junta da Sorocaba. A seguir, aquela do edifício da Avenida da Lib. 875, para onde deveria transferir-se esta Justiça. Seu não registro pelo Tribunal de Contas, entretanto, trouxe em consequência prejuízos e contratempos de variada ordem. Isto porque o prédio possuía dependências funcionalmente distribuídas, e condições para abrigar, conjuntamente, todos os órgãos que integram a Justiça do Trabalho da 2ª Região, na sole.

Nos meses subsequentes de maio, junho, julho e agosto após aprovação, foram aprovados os contratos de locação dos prédios onde funcionariam as Juntas, então recentemente criadas, nas cidades de Curitiba, Ponta Grossa, São Bernardo do Campo, Piracicaba, Mogi das Cruzes, Barretos, Guarulhos, Rio Claro, Araraquara, Rio Claro, São Carlos, Corumbá, Americana e Taubaté. E também a minuta do contrato de locação do edifício da rua Brigadeiro Tobias 722, de propriedade da Min. Industrial de Tecidos, para onde deverá transferir-se este Tribunal.

Finalmente, no correr de setembro, foram iniciadas as demarcações objetivando a reforma do contrato de locação do prédio da rua Ribeiro Freitas 527, onde funcionam presentemente o Tribunal e as Juntas de Conciliação e Julgamento da Capital.

2º Repartição a outras benefícios

Nos primeiros dias de abril, deliberou o Tribunal enviar Mensagem ao Congresso Nacional solicitando a extensão do aumento de vencimentos que atingira o funcionalismo do Poder Executivo, aos servidores desta Justiça.

*
Na sessão de 27 de junho, ficou determinado o inicio

início de nomeações, em caráter de interinidade, das auxiliares Judiciárias "PJ-S", cargos que na carreira representam a promoção. O critério teve a estabelecer-se o próprio Tribunal, decidindo-se que realizado o concurso, ate contínuo, terão acesso à classe imediata da inicial, os melhores classificados.

Puntados no artigo 22 da Lei 4069 de 11 de junho de 1962, os servidores deste Tribunal encaminharam pedido de equiparação de vencimentos, sendo acolhida a pretensão e estabelecidas as retificações necessárias.

*
Na sessão extraordinária realizada em novembro, entendeu o Tribunal ser aplicável aos Funcionários, Juízes e disposto nos artigos 6º, parágrafo único e 14º da Lei 4069/62, ordenando o cumprimento da Resolução.

*
Appreciando, em fins de novembro, solicitação dos servidores da Justiça do Trabalho que pretendiam a aplicação da Lei 4069/62, que alterou a tabela de vencimentos dos funcionários das Secretarias dos Tribunais, resolveu o Colégio Tribunal determinar a feitura dos novos cálculos de vencimentos de quadro.

Ao encerrar-se dezembro, decidiu o Tribunal aplicar aos funcionários amparados pelo artigo 4º da Lei 4067/62, o disposto na Lei 5.826/60, em seu artigo 9º.

XI- Mensagem ao Congresso

Tendo em vista a insuficiência da Sub-consignação - 1.1.21 - Gratificação de adicional por tempo de serviço, nomenclante de R\$ 11.106,000,00 - autorizou o Supremo Tribunal o envio da Mensagem ao Congresso Nacional, em princípios de maio. Justificou-se ali a necessidade imperiosa da liberação - de crédito suplementar, na importância de R\$ 35.555.400,00 - que, somada ao valor acima enumerado, proporcionaria o total de R\$ 46.661.400,00 - quantia indispensável no exercício de 62.

*
Em outubro nova Mensagem foi encaminhada. Tratava-se agora de crédito especial destinado a fazer frente às insu-

insuficiências da Sub-consignação 1.5.05 - Serviços de higiene; taxas de água, esgoto e lixo; taxas municipais. Idêntica providência foi tomada com relação à Verba de vencimento, salário família, nível universitário e adicional por tempo de serviço.

XII- Reconhecimento

Setembro, dia 6, marcou a honrosa visita que a este Tribunal realizou o insigne professor da Faculdade de Santa Fé, Dr. Ernesto Kretoschin. Naquela oportunidade, fomos acompanhados dos professores Cesarino Júnior e Hay Sodré. De cedê-lo foi incumbido o Hno. Dr. Juiz Wilson de Souza - Campos Batalha.

XIII- Entrega da Banca

No sessão de novembro, por proposta do Hno. Dr. Juiz Wilson de Souza Campos Batalha, foi unanimemente aprovado, voto de profundo pesar pelo desenlace do eminente desembagador do Tribunal de Justiça de São Paulo, Dr. Hugo Caccuri.

XIV- PRESIDÊNCIA

Recebeu esta Presidência, em março, a honrosa missão que lhe confiou a Justiça do Trabalho da 2ª Região, de tratar junto ao Tribunal Superior do Trabalho, de matéria relacionada aos vencimentos da Magistratura Federal. Mês desse mesmo mês, coube-lhe a tarefa de fiscalizar as faltas e ocorrências injustificadas dos componentes desta Justiça, a fim de ser apurado, com parcimônia, o mérito de cada um.

*

Delegou ao seu Presidente, este Tribunal, nos primeiros dias de junho, poderes para a assinatura do todo o expediente de contrato de locação de prédios em que funcionariam as Juntas de Conciliação e Julgamento de fora da sede.

Em meados de agosto, o Presidente deste Tribunal seguiu com destino ao Rio De Janeiro onde, uma vez mais, iria cuidar de assuntos desta Justiça.

*

Nos meses que se sucederam cumpriu a Presidência uma série de viagens, compreendendo considerável número de municípios do Estado de São Paulo, além de Curitiba e Ponta Grossa, no Paraná, assistindo nôlos a instalação das respectivas Juntas.

DA SECRETARIA DO TRIBUNAL

I- Da Diretoria

Oraças à experimentada orientação imprimida à Secretaria do Tribunal pelo seu Diretor, Sr. Mário Pimenta do Moura, prosseguiu a mesma na execução fiel e normal das atividades sob sua competência, encoldada, sempre que necessário, às contingências que o progresso dos novos tempos impõe.

II- Transferência da sede

Para atender ao acúmulo de causas propostas e que se amplia pelo ciclopico desenvolvimento comercial e industrial do Estado de São Paulo, foram criadas pela Lei 5.875/61, sómente nesta Capital, quatro Juntas. O funcionamento das mesmas todavia constitui-se uma incógnita, e que vem frustrar os fins que lhes deram origem. Da decorrência, avolumam-se as múltiplas e complexas dificuldades com que se debatem, sem exceção, os órgãos judicatórios e de administração desta Justiça. As exígues, pouco numerosas e mal distribuídas dependências, impõem a concentração de funcionários das Juntas ainda não em funcionamento, naquelas já instaladas; bem como a aglomeração nos corredores, das pag-

das partes interessadas, que espera¹³ a vez de serem abolidas nas Secretarias. Determina o adjuntamento inexorável de proclamações que, em espiral, serpenteariam as estreitas escadarias que dão acesso até ao 10º andar, impossibilitando a plena locomoção dos Srs. Juízes e funcionários. Também os elevadores mostram-se insuficientes proporcionalmente, para o atendimento dos que a elas recorrem, não apenas no curso do expediente, mas acentuadamente nos horários de entrada e saída dos servidores.

Permanece, entretanto, a expectativa de mudança desse Tribunal para o prédio sito à rua Brigadeiro Tobias 722, cujo contrato de locação encontra-se registrado desde outubro pelo Tribunal de Contas da União. O prédio da rua Ribeiro Furlan comportaria, então, as Juntas nôo já existentes e a instalação das demais.

A transferência, contudo, continua sendo uma utopia em virtude da insuficiência do Verba. É de moridiana compreensão que indispensável se faz a adaptação do edifício de modo a tornar viável sua ocupação, nôo criando as condições que permitam a condigna exequibilidade da missão que incumbe a este órgão do Poder Judicidário.

III - Serviços Administrativos

A instalação de elevado número de Juntas veio, como é natural, ampliar geometricamente os trabalhos gerais deste Juíza, exigindo mesmo a reestruturação do Quadro de Funcionários, o que foi feito pela Lei 4067 de junho de 62. Sem fugir à negra, foram substancialmente sobrecurregados os serviços pertinentes às secções de Pessoal, Orçamento e Contabilidade, e Material.

Entretanto, o perfeito sincronismo anteriormente existente, não sofreu qualquer solução de continuidade.

A secção de Pessoal, verbi gratia, expeditu nôo menor

nada menos de 910 ofícios, 203 telegramas; levrou 892 Portarias, 183 apostilas em títulos de funcionários; elaborou - 2.015 anotações em fichas funcionais, além de vários outros encargos correlatos.

Por seu turno, coube à seção do Material expedir - 114 ofícios, realizar 23 Coletas de prazos, 4 Concorrências administrativas e 6 de caráter público; 357 requisições foram expedidas ao Departamento Federal de Compras. Toda a Vaga Orçamentária Foi utilizada.

A seção do Orçamento e Contabilidade, como habitualmente, competiu todo o expediente de pagamento dos Servidores desde a feitura dos cálculos, averbações em folha, até os cheques e relações de consignações. Assim, foram expedidos - em 1.962, 7.151 cheques de pagamento, 536 fichas para o Banco do Brasil, 2.900 relações de consignações, etc...

IV- Razão Judicial

A elevação do movimento processual refletiu-se óbviamen-
te sobre a seção de Processos. Daí terem sido expedidas
8.125 notificações, publicados 3.783 acréscimos, extraídas ...
4.798 certidões, 204 traslados, 451 Cartas de Sentença; ex-
pediram-se 850 Buitais de Acréscimos, 147 Buitais de Penas. Os
encargos de certidões foram contados R\$ 399.589,00; R.....
195.950,00 em traslados; e R\$ 291.484,50 em cartas processadas.

V- Razão da Comunicação

Como nos exercícios anteriores, foi intenso o labor desempenhado pelo Serviço de Comunicações, registrando-se - 11.702 papéis protocolados, 1.750 Processos recebidos do - I.S.T., 3.342 recorrentes protocolados, e assim por diante.

VI- Distribuição

VI- Distribuição

Nesta Justiça, presentemente, a Distribuição das Juntas de Conciliação e Julgamento de São Paulo, Santos e Curitiba. Muito embora tais órgãos, nos termos do artigo - 715 da C.L.T., constituam associações subordinadas à Este Tribunal, foi delegada aos Srs. Juízes de Santos e Curitiba a supervisão da Distribuição em suas respectivas cidades, para maior eficiência dos serviços.

Acresce um acréscimo inaudito em seu movimento de reclamações, sobrepunjando de muito aquela dos anos anteriores, foram distribuídos às duas Juntas de Santos, 2.866 processos para 4.972 reclamantes, sendo maior o número de reclamações verbais.

A Distribuição nas Juntas de Curitiba não pode ainda ser analisada em seu ângulo comparativo, dado que seu funcionamento operou-se tão sómente a partir de 20 de dezembro. Nesses 11 dias foram distribuídos 51 processos.

No ritmo ascensional progressivo, foram atendidos em São Paulo 44.836 processos, para 63.139 reclamantes, registrando-se um acréscimo superior a 20% sobre o movimento de 1961. As reclamações escritas, embora por pequena margem, superaram as verbais.

1.117 Cartas Precatórias foram distribuídas, com um total de 6.836 reclamantes.

VII- Da Contadoria

A Contadoria, no exercício de suas atribuições, calculou para os 1.929 processos recebidos, em condenações cunhadas pelo principal e por juros de mora, o montante de R\$ 150.380.602,60. Para as custas arrecadadas em solo federal as cifras alcançaram R\$ 3.530.511,40, importando as duas par-

duas parcelas em todo equivalente a R\$ 153.911.114,00.

VIII- Sala dos Oficiais

Continuem a se produzir positivamente os efeitos emanados da Portaria 504/59, baixada por esta Presidência e instituidora da Sala dos Oficiais de Justiça da Capital. Configurando linearmente a rápida no andamento das negociações e extinguindo o anacrônico sistema de trabalho que por largo tempo tantes entraves trouxe à pessoa do Funcionário, a providência rumiu em torno de si os títulos indisponíveis à sua conversão em lei, achando-se prevista naquela de número 4.067/62.

O mapa anexo atestou inequivocamente a consagração da Sala dos Oficiais, assegurando-lhe nesse perspectivas imparais na vida da Justiça pátria.

XII- JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

Das 16 Juntas de Conciliação e Julgamento criadas fora da sede pela Lei 5.073/61, 12 foram instaladas no decorrer de 1.962. São elas Araraquara, Americana, Bauru, Guarulhos, Londrina, Mogi das Cruzes, Ponta Grossa, Rio Claro, São Bernardo do Campo, São Carlos, Taubaté e 2º de Curitiba. Esta última, entretanto, por exercer suas atividades apenas nos 10 dias finais de dezembro, praticamente não teve dados a serem compilados e incluídos neste Relatório. Funcionaram efetivamente em 62, portanto, 10 Juntas a saber: 19 nesta Capital, 17 no interior de São Paulo, 3 no Estado de Paraná e uma em Mato Grosso.

Como facilmente se poderá depreender pelos quadros em apêndice e por alguns índices que seguem, a criação das Juntas constitui-se imparativo inadiável per transe em seu bojo a descentralização, facilitando o descongestionamento dos processos objeto de exame, sua apreciação mais

mais corona e profunda, o entendimento das partes em honra
espaço de tempo, etc..

No exercício de 62 foram recebidas 62.375 reclama-
ções com 92.318 reclamantes; 55.264 foram解决nadas pa-
ra um total de 78.103 reclamantes, restando para serem ra-
solvidos 17.994 processos para 43.592 reclamantes. Dos fai-
tos em andamento 68.961 foram levados a pente, com 152.976
reclamantes, dos quais 17.804 processos de 24.626 reclama-
ntes, foram conciliados, num valor global de R
734.877.633,30.

Foram julgados procedentes, procedentes em parte e
imp�ecedentes, 5.930, 2.903 e 3.505 processos, relativos a
9.794, 6.628 e 5.377 reclamantes.

O movimento de custas, impostas, arrecadadas e dis-
pensadas atingiu a importância de R 65.710.046,60, R
29.604.017,00 e R 30.371.797,10 + respectivamente.

III. Órgão da jurisdição

Procurava a Col. I. em seu artigo 668, sur de compa-
tência dos Juízes do Direito julgarem as causas trabalhi-
tas nos locais não distados de Juntas de Conciliação e Jul-
gamento. Não poderiam sur aqui omitidos os inestimáveis
serviços prestados por êsses Magistrados, momento na díci-
ma década, com a infinidável multiplicação das relações em-
preendedoras.

Entretanto, dada a amplitude das atribuições jurig-
dicionais da Justiça Comum, e já árdua missão de Juiz é a-
gravada pela obrigatoriedade legal que têm de examinar as
questões de natureza trabalhista. Deflui que, por força al-
heia aos seus desejos, com alguma frequência verificam-se
+ nos maiores centros - retardamente nos julgados atin-

atinentes à matéria.

A criação de Juntas nas Áreas urbanas de maior incremento econômico trouxe, entre tantos, os benefícios de desenvolvimento processual.

*

Este quadro de considerações não poderia encerrá-lo, Senhor Ministro, sem que fosse consignado a V. Excia., a gratidão devida pelo valioso e constante apoio que sempre prestou a esta Justiça.

A Presidência, de sua parte, buscou a todo tempo, corresponder às exigências inerentes ao próprio cargo. Com isenção de ânimo optou invariavelmente pelas fórmulas que contivessem a salvaguarda dos direitos e o cumprimento dos deveres — considerato supremo da Justiça.

Na oportunidade, retiro a Vossa Exceléncia meus protestos de elevada estima e alta consideração.

Décio de Toledo Leite
Presidente

MOVIMENTO GERAL DOS PROCESSOS EM 1.962

ANEXO I

ESPECIES	POR APRECIAR EM 31-12-61	ENTRADOS EM 1.962	TOTAL	ANULADOS	TOTAL	APRECIADOS EM 1.962	POR APRECIAR EM 31-12-62
Recursos ordinários	1875	3951	5824	65	5759	3836	1923
Dissídios coletivos	31	120	151	19	132	100	32
Revisões de dissídios	-	2	2	-	2	1	1
Extensões de dissídios	-	3	3	1	2	1	1
Homologações de acórdos	7	160	167	6	161	142	19
Agravos de instrumento	38	113	151	1	150	101	49
Mandados de segurança	6	18	24	1	23	13	10
Conflitos negativos de jurisdição	3	16	19	-	19	14	5
Exceções de incopetência	-	3	3	1	2	1	1
Recursos de agravos de petição	-	2	2	-	2	1	1
Ação rescisória	3	7	10	-	10	4	6
Impugnações de Vogal	1	5	6	2	4	1	3
Recursos ex-ofício	-	1	1	-	1	-	1
Assuntos administrativos	6	9	15	6	9	2	7
Agravos de petição (justiça gratuita)	7	1	8	-	8	7	1
Pedidos de correição	23	73	96	1	95	73	22
Agravos de petição	134	472	606	12	594	431	163
Agravos de instrumento em agravos de petição	16	31	47	2	45	35	10
SUB-TOTAL	-	-	-	-	7018	4763	-
Embargos declaratórios e processos julgados novamente	-	-	-	-	-	105	-
TOTAL	2148	4987	7135	117	7018	4868	2255

— DISCRIMINAÇÃO DOS TRABALHOS EFETUADOS EM 1. 962

ANEXO II

ESPECIES E DECISÕES		TOTAL
a) RESUMOS	1 - Audiências do Presidente 2 - Sessões realizadas 3 - Processos recebidos 4 - Entradas em pauta 5 - Desistências homologadas 6 - Incompetência da Justiça do Trabalho 7 - Convertidos em diligência 8 - Adiamentos 9 - Processos solucionados	108 212 4.987 4.585 37 15 59 106 4.868
b) RECURSOS ORDINÁRIOS.	1 - Providos 2 - Providos em parte 3 - Não providos 4 - Anulados 5 - Não conhecidos 6 - Desistências 7 - Incompetência da Justiça do Trabalho 8 - Convertidos em diligência 9 - Determinada a baixa 10 - Processos com deis recursos	564 394 2.181 40 194 34 12 19 2 455
c) DISSÍDIOS COLETIVOS	1 - Homologados 2 - Procedentes 3 - Procedentes em parte 4 - Improcedentes 5 - Arquivados 6 - Desistencias	48 46 1 15 2 1
d) REVISÕES DE DISSÍDIOS	1 - Procedentes	1
e) EXTENSÕES DE DISSÍDIOS	1 - Procedentes	1
f) HOMOLOGAÇÃO DE ACÓRDOS	1 - Homologadas 2 - Não homologadas	141 11
g) AGRAVOS DE INSTRUMENTO	1 - Providos 2 - Não Provvidos 3 - Não conhecidos 4 - Convertidos em diligencia	19 69 11 2
h) CONFLITOS DE JURISDIÇÃO	1 - Procedentes 2 - Não conhecidos	13 1
i) MANDADOS DE SEGURANÇA	1 - Procedentes 2 - Não conhecidos	10 3
j) AÇÕES RESCISÓRIAS	1 - Procedentes 2 - Anulados	3 1
k) EXCEÇÕES DE INCOMPETÊNCIA	1 - Não conhecidas	1
l) OUTROS JULGAMENTOS	1 - Recurso de agravo de petição 2 - Agravo de petição (Justiça gratuita) 3 - Assunto administrativo 4 - Impugnação de Vogal 5 - Pedidos de correção 6 - Agravos de petição 7 - Agravos de instrumento em agravo de petição 8 - Embargos em recursos 9 - Embargos em dissídios 10 - Embargos em homologação de acordo	1 7 4 1 73 431 35 14 6 1
TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS EM 1. 962		573
TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS EM 1. 962		4.868

MOVIMENTO DAS DECISÕES - (EMPREGADOR E EMPREGADO) - Nº 1

DECISÕES	EMPREGADOR	EMPREGADO		SUB-TOTAL	TOTAL
<u>- I - RECURSOS -</u>					
a) - PROVIDOS	324	225	-	-	
" julgados novamente . . .	11	4	-	564	
b) - PROVIDOS EM PARTE	312	76	-	-	
" " " julgados novamente . . .	6	-	-	394	
c) - NÃO PROVIDEDOS	1557	591	-	-	
" " julgados novamente . . .	24	9	-	2181	
d) - NÃO CONHECIDOS	134	57	-	-	
" " julgados novamente . . .	1	2	-	194	
e) - ANULADOS	-	-	39	-	
" julgados novamente . . .	-	-	1	40	
f) - DESISTÊNCIAS	-	-	33	-	
" julgados novamente . . .	-	-	1	34	
g) - DILIGÊNCIA	-	-	19	19	
h) - INCOMPETÊNCIA	-	-	12	12	
i) - DETERMINADA A BAIXA	-	-	2	2	
TOTAIS	2369	964	107	-	3440
j) - PROCESSOS COM DOIS RECURSOS			-		
1) - Providos	62	94	-	-	
2) - Providos em parte	59	67	-	-	
3) - Não providos	307	271	-	-	
4) - Não conhecidos	22	18	-	-	
5) - Anulados	1	1	-	-	
6) - Desistências	2	2	-	-	
7) - Incompetência J. T.	2	2	-	-	
TOTAL	455	455	-	-	455
TOTAL GERAL					3.895
<u>- II - DISSÍDIOS COLETIVOS -</u>					
a) - HOMOLOGADOS ;	-	42	-	"	
" julgados novamente . . .	-	6	-	48	
b) - PROCEDENTES	-	40	-	-	
" julgados novamente . . .	-	6	-	46	
c) - IMPROCEDENTES	-	14	-	-	
" julgados novamente . . .	-	1	-	15	
d) - ARQUIVADOS	-	-	2	2	
e) - DESISTÊNCIAS	-	-	1	1	
f) - PROCEDENTES EM PARTE	-	-	1	1	
TOTAL	-	109	4	-	113
<u>- III - REVISÕES DE DISSÍDIOS -</u>					
a) - PROCEDENTES	-	1	-	1	1

MOVIMENTO DAS DECISÕES - (EMPREGADOR E EMPREGADO) - N° 2

DECISÕES	EMPREGADOR	EMPREGADO		SUB-TOTAL	TOTAL
- IV - EXTENSÕES DE DISSÍDIOS -					
a) - PROCEDENTES	-	1	-	1	1
- V - HOMOLOGAÇÕES DE ACÓRDOS -					
a) - HOMOLOGADAS	-	131	-	-	
" julgados novamente	-	10	-	-	
b) - NÃO HOMOLOGADAS	-	11	-	11	
TOTAL	-	152	-	-	152
- VI - AGRAVOS DE INSTRUMENTO -					
a) - PROVIDOS	14	5	-	19	
b) - NÃO PROVIDOS	50	19	-	69	
c) - NÃO CONHECIDOS	9	2	-	11	
d) - DILIGÊNCIA	-	-	2	2	
TOTAL	73	26	2	-	101
- VII - CONFLITOS DE JURISDIÇÃO -					
a) - PROCEDENTES	-	-	13	13	
b) - NÃO CONHECIDOS	-	-	1	1	
TOTAL	-	-	14	-	14
- VIII - EMBARGOS DECLARATÓRIOS -					
a) - PROVIDOS EM RECURSOS	1	4	-	7	
" " DISSÍDIOS	-2	2	-	5	
b) - NÃO PROVIDOS EM RECURSOS	-	1	-	-	
" " HOMOLOGAÇÃO ACÓRDÃO	-	2	-	-	
c) - NÃO CONHECIDOS EM RECURSOS	3	4	-	9	
" " DISSÍDIOS COLETIVO	-	1	-	-	
TOTAL	6	15	-	-	21
- IX - OUTROS JULGAMENTOS -					
a) - MANDADOS DE SEGURANÇA	-	-	13	-	
b) - AÇÃO RESCISÓRIA	-	-	4	-	
c) - EXCEÇÕES DE INCOMPETÊNCIA	-	-	1	-	
d) - RECURSO DE AGRAVO DE PETIÇÃO	-	-	1	-	
e) - AGRAVOS DE PETIÇÃO (Justiça grat.)	-	-	7	-	
f) - ASSUNTO ADMINISTRATIVO	-	-	2	-	
" julgado nov.	-	-	1	-	
g) - IMPUGNAÇÃO DE VOGAL	-	-	-	-	
h) - PEDIDOS DE CORREÇÃO	-	-	73	-	
TOTAL	-	-	104	-	104
- X - AGRAVOS DE PETIÇÃO -					
a) - PROVIDOS	22	14	-	-	
b) - NÃO PROVIDOS	329	29	-	-	
c) - PROVIDOS EM PARTE	8	5	-	-	
d) - NÃO CONHECIDOS	19	5	-	-	
TOTAL	378	53	-	-	431
- XI - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AGRAVO DE PETIÇÃO -					
a) - PROVIDOS	4	2	-	-	
b) - NÃO PROVIDOS	21	2	-	-	
c) - NÃO CONHECIDOS	4	6	-	-	
TOTAL	29	6	-	-	35
TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS EM 1.962					4.868

- PROCESSOS POR JULGAR -

ANEXO V

ESPECIE	EM PODER DA PROCU- RADORIA - EM 31-12-62	CON OS JUIZES	EM PAUTA	AGUARDAN- DO PAUTA	ADIADOS	EM DILIGÊN- CIA	AGUARDA DISTRI- BUÇÃO	EM INSTRU- ÇÃO	AGUARDA DESPACHO	TOTAL
RECURSOS	761	494	336	214	1	23	91	-	-	1.923
DISSÍDIOS	4	-	4	-	-	-	-	24	-	32
REVISÕES	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
EXTENSÕES	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
HOMOLOGAÇÕES	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
AGRADO DE INSTRUMENTO	5	-	1	-	-	1	-	12	-	19
MANDADO DE SEGURANÇA	22	7	10	8	-	1	1	-	-	49
CONFLITOS	-	7	1	-	-	-	2	-	-	10
IMPUGNAÇÃO DE VOCAL	3	2	-	-	-	-	-	-	-	5
AÇÃO RECESSÓRIA	-	-	4	1	1	-	3	-	-	3
EXCEPÇÕES DE SUSPENSAO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
RECURSO DE AGRADO DE PETIÇÃO	1	-	-	-	-	1	-	-	-	1
AGRADO DE PETIÇÃO (Justiça gratuita)	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
ASSUNTO ADMINISTRATIVO	-	2	-	-	-	-	-	5	-	1
RECURSO EX-OFÍCIO	-	-	-	1	-	-	-	-	-	7
AGRADO DE PETIÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
AGRADO DE INSTRUMENTO EM AGRADO DE PETIÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	163	163
PEDIDOS DE CORREIÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	10	10
TOTAL	796	517	355	224	1	26	105	36	195 *	2.255

* 18 dos quais em diligéncia.

- MOVIMENTO DOS RECURSOS DAS DECISÕES DO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª R. -

E S P É C I E S	RECURSOS DE REVISTAS							RECURSOS ORDINÁRIOS						
	P/reme- ter em 1961	Entra- dos	TOTAL	Não - reco- bidos	TOTAL	Reme- tidos em 1962	Por rg meter em 1962	P/reme- ter em 1961	Entra- dos	TOTAL	Não - reco- bidos	TOTAL	Reme- tidos em 1962	Por rg meter em 1962
Recursos	993	2124	3117	218	2899	2301	93	-	1	2	1	-	-	-
Agr. instrumento	10	11	21	1	20	20	-	-	-	-	-	-	-	-
Dissídios	-	1	1	1	-	-	-	5	37	42	-	42	36	6
Mand. segurança	-	-	-	-	-	-	-	4	1	1	1	-	-	-
Agravos petição	-	7	7	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Homologações	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agr. petição (J.G)	1	1	2	-	2	2	-	-	-	1	-	1	1	-
Ação rescisória	-	1	1	1	-	-	-	-	1	1	-	1	1	-
Agravio instrumento em														
Agravio de petição	-	3	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedidos correição	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1	1	-
T O T A I S	1004	2149	3153	252	1921	1823	93	6	42	47	2	45	39	6

- MOVIMENTO DOS RECURSOS DAS DECISÕES DO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª R. -

E S P É C I E S	AGRAVOS DE INSTRUMENTO							EMBARGOS DECLARATÓRIOS						
	P/reme- ter em 1961	Entra- dos	TOTAL	Não reco- bidos	TOTAL	Reme- tidos em 1962	Por rg meter em 1962	P/apre- ciar em 1961	Entra- dos	TOTAL	Apreci- ados em 1962	P/apre- ciar em 1962		
Recursos	16	145	161	-	161	160	1	-	15	15	15	15	-	-
Dissídios coletivos	-	-	-	-	-	-	-	-	6	6	6	6	1	-
Agravos de petição	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	3	3	-	-
Homologações de acórdos	-	1	1	1	-	-	-	-	2	2	1	1	1	-
Pedidos correição	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-
T O T A I S	16	146	162	1	161	160	1	-	27	27	25	25	2	

* 3 agravos de petição em mandado de segurança.

- RECURSOS ENVIADOS AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL -

ANEXO VII

A GRAVO DE PETIÇÃO

EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Por remeter em 1961	4
Entrados	145
Não recebidos	97
Remetidos em 1962	28
Por remeter em 1962	24

EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Por remeter em 1961	-
Entrados	71
Não recebidos	1
Remetidos em 1962	69
Por remeter em 1962	1

- PROCESSOS ENVIADOS À EXECUÇÃO -

E S P E C I E S	J. C. J. DA CAPITAL	J. C. J. DO INTERIOR	J U I Z O S	T O T A I S
Recursos ordinários	2149	675	435	3309
Agravos de instrumento	60	89	42	191
Agravos de petição	314	30	15	389
Agravos de instrumento em recursos (TST)	84	11	8	103
Agravos de instrumento em agr. de petição (TST)	55	11	2	68
Cartas de sentença	347	43	39	429
Conflitos de jurisdição	6	1	4	11
Agravos de instrumento em agravo de petição	-	7	7	14
Recursos de agravo de petição	-	-	2	2
Agravos de petição (Justiça gratuita)	-	3	7	10
Ação rescisória	1	-	1	2
Exceções de incompetência	-	2	-	2
T O T A L ;	3046	872	612	4530

SEÇÃO DO PESSOAL

E S P E C I E	QUANTIDADE
OFÍCIOS RECEBIDOS	1.143
TELEGRAMAS RECEBIDOS	74
REQUERIMENTOS RECEBIDOS	138
OFÍCIOS EXPEDIDOS	980
TELEGRAMAS EXPEDIDOS	208
CERTIDÓES EXPEDIDAS	74
CARTEIRAS FUNCIONAIS EXPEDIDAS	120
EXPEDIÇÕES MANUAIS	35
ORDENS DE SERVIÇO	6
CIRCULARES	25
CONTAGENS DE TEMPO	61
ATOS	517
PONTARIAS	882
DESIGNAÇÕES DE JUIZES	253
EXPEDIENTE DE PROMOÇÕES	1
CADASTROS	531
APOSTILAS EM TÍTULOS	183
PUBLICAÇÕES DE EXPEDIENTES	116
REGISTROS DE ATOS	252
ANOTAÇÕES EM FICHAS FUNCIONAIS	2.015
TÉRMO'S DE POSSE	114
TÉRMO'S DE POSSE E EXERCÍCIO	243
TÉRMO'S DE EXERCÍCIO	31
PROCESSOS DEVOLVIDOS COM INFORMAÇÕES	78

SEÇÃO DE ORÇAMENTO E CONTROLE DE PAGAMENTO

E S P E C I E	QUANTIDADE
OFÍCIOS EXPEDIDOS	679
MENSAGENS	11
TELEGRAMAS EXPEDIDOS	51
EMPENHOS	112
PONTARIAS	12
INFORMAÇÕES	20
REMESSAS	51
GUIAS DE RECOLHIMENTO	5
REQUISIÇÕES DE PASSAGENS	11
FÓLHAS DE SUBSTITUIÇÕES	45
FÓLHAS DE DIÁRIAS	10
CHEQUES DE PAGAMENTO	7.154
BOLETINS DE ALTERAÇÕES	7.154
RELAÇÃO DE PAGAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS	420
RELAÇÃO DE PAGAMENTO DOS VOGAIS	53
RELAÇÃO DAS CONSIGNAÇÕES	2.500
CLASSIFICAÇÃO DE PAGAMENTO	29
FICHAS PARA O BANCO DO BRASIL S/A	336
FICHAS PARA O IMPÔSTO DE RENDA	336

SEÇÃO DO MATERIAL

E S P E C I E	QUANTIDADE
OFÍCIOS EXPEDIDOS	414
PONTARIAS EXPEDIDAS	43
TELEGRAMAS EXPEDIDOS	6
CIRCULARES EXPEDIDAS	28
GUIAS DE CORRESPONDÊNCIA MANUAL	130
COLETAS DE PREÇOS REALIZADAS	23
CONCORRÊNCIAS ÁDMINISTRATIVAS	4
CONCORRÊNCIAS PÚBLICAS	6
ADIANTAMENTOS OBTIDOS	3
AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS P/ FORNECIMENTO DE MATERIAL	522
ORDENS DE SERVIÇO EXPEDIDAS AOS ARTÍFICES	130
REQUISIÇÕES EXPEDIDAS AO DEPARTAMENTO FEDERAL COMPRAS	357
OFÍCIOS RECEBIDOS	369
CIRCULARES RECEBIDAS	4
TELEGRAMAS RECEBIDOS	14

ANEXO IX

= SERVICO JUDICIARIO =

= SECCAO PROCESSUAL =

OFICIOS EXPEDIDOS	8.218
CUSTAS PROCESSUAIS	Cr\$ 251.484,50
EMOLUMENTOS DE CERTIDÕES	Cr\$ 399.589,00
EMOLUMENTOS DE TRASLADOS-CARTAS SENTENÇA	Cr\$ 195.930,00

= SECCAO DE TRASLADOS E CERTIDÕES =

CERTIDÕES EXTRAIDAS	4.798
TRASLADOS	204
CARTAS DE SENTENÇA	451

= SECCAO DE ACORDAOS =

ACORDAOS PUBLICADOS	3.783
ACORDAOS LAVRADOS	3.471
EDITAIS DE ACORDAOS	830

ANEXO X

- SERVICO DE COMUNICACOES -

PAPEIS PROTOCOLADOS	11.702
LISTAS DE CORRESPONDENCIAS	248
LISTAS DE REMESSA DE PROCESSOS	50
OFICIOS EXPEDIDOS	215
TELEGRAMAS EXPEDIDOS	51
PROCESSOS RECEBIDOS DO T.S.T.	1.750
PROCESSOS REMETIDOS AO ARQUIVO GERAL	588
Nº DE RECORRENTES PROTOCOLADOS	8.842

- SALA DO SECRETARIO DO TRIBUNAL -

OFICIOS	1.068
TELEGRAMAS	97
PAUTAS DE JULGAMENTO	117
CERTIDÕES DE JULGAMENTO	4.329
PROCESSOS ENVIADOS À SEÇÃO ACÓRDÃO	4.239
PROCESSOS ENVIADOS À SEÇÃO COMUNICAÇÕES	13
ATAS	212
ATAS DE DISSÍDIOS COLETIVOS	108

ANEXO XI

SALA DOS OFICIAIS DE JUSTICAMOVIMENTO GERAL

SALDO ANTERIOR E RECEBIDOS EM 1962			33.372
CUMPRIDOS EM 1962			30.996
SALDOS A CUMPRIR EM 1963			2.376
M A N D A D O S	RECEBIDOS	CUMPRIDOS	SALDO
CITAÇÃO	8.559	7.827	632
PENHORAS	4.505	3.907	798
REMOÇÃO	540	485	55
REFORÇO DE PENHORA	831	644	187
REINTEGRAÇÃO	85	82	3
BUSCA E APREENÇÃO	71	62	9
LEV. DE PENHORA	73	68	5
VERIF. (Constatação)	5	5	0
ARRESTO	4	4	0
PENHORA ROSTO AUTOS	27	23	4
PRISÃO DEP. INFIEL	3	3	0
NOTIFICAÇÕES	15.719	15.058	661
CARTA PRECATÓRIA	2.914	2.894	20
TOTAL GERAL	33.372	30.996	2.376

ANEXO XII

= MOVIMENTO DA CONTADORIA EM 1.9.62 =

DISCRIMINAÇÃO	PROCESSO	VALOR EM CR\$	VALOR EM CR\$ TOTAL
PROCESSOS RECEBIDOS	1.929		
PROCESSOS DEVOLVIDOS ÀS JUNTAS DE ORIGEM (COM 3.389 RECLAMANTES) . . .	1.868		
<u>CONDENACAO</u>			
PRINCIPAL		131.194.597,60	
JUROS DE MORA		19.186.005,00	150.380.602,60
<u>EM SELOS FEDERAIS</u>			
CUSTAS PROCESSUAIS		3.396.359,00	
CUSTAS DA CONTA DE LIQUIDAÇÃO . . .		134.152,40	3.530.511,40
<u>TOTAL GERAL CR\$</u>			153.911.114,00

- DISTRIBUIÇÃO DE SANTOS -

ANEXO XIII

RECLAMAÇÕES ENTRADAS E DISTRIBUIDAS EM 1.962

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE SANTOS	1 ^a JUNTA		2 ^a JUNTA		TOTAL	
	PROC.	RTEs.	PROC.	RTEs.	PROC.	RTEs.
DIVISÃO REGIONAL DO TRABALHO . . .	6	6	5	5	11	11
CARTAS PRECATÓRIAS	26	26	25	25	51	51
ESCRITAS	690	2417	645	1024	1335	3441
VERBAIS	713	713	756	756	1469	1469
T O T A I S	1435	3162	1431	1810	2866	4972

MOVIMENTO ANUAL - 1.954 A 1.962

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE SANTOS	1.954 (*)		1.955		1.956		1.957		1.958		1.959		1.960		1.961		1.962		TOTAL	
	PROC.	RTEs.	PROC.	RTEs.	PROC.	RTEs.	PROC.	RTEs.	PROC.	RTEs.	PROC.	RTEs.	PROC.	RTEs.	PROC.	RTEs.	PROC.	RTEs.	PROC.	RTEs.
1 ^a JUNTA	330	603	709	1421	1186	1684	1302	1915	1251	3037	1413	1969	1183	1747	1232	1803	1435	3162	10.041	17.341
2 ^a JUNTA	453	1161	710	1820	1184	1957	1292	1147	1216	2328	1111	1858	1180	1347	1229	1640	1431	1810	10.136	15.368
T O T A L	783	1764	1419	3241	2370	3641	2594	3362	2497	5365	3024	3827	2363	2894	2461	3443	2866	4972	20.177	32.709

(*) A PARTIR DE 1.954, DATA EM QUE ESTA DISTRIBUIÇÃO COMEÇOU A FUNCIONAR.

- QUADRO DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS E RECLAMAÇÕES DISTRIBUIDOS -

- AS JUNTAS NO ANO DE 1962 -

JUNTAS	CARTEAS PRECATÓRIAS		DO PÚBLICO				TOTAL DAS JUNTAS	
			ESCRITAS		VERBAIS			
	PROC.	RECL.	PROC.	RECL.	PROC.	RECL.	PROC.	RECL.
1 ^a	101	501	1131	1505	1135	1237	2367	3243
2 ^a	101	261	1147	1900	1115	1240	2365	3401
3 ^a	100	485	1128	1574	1158	1235	2366	3094
4 ^a	100	215	1109	1597	1155	1246	2364	3058
5 ^a	100	180	1141	1495	1123	1243	2364	2918
6 ^a	100	225	1143	1642	1117	1200	2360	3067
7 ^a	100	569	1127	1527	1132	1252	2359	3148
8 ^a	100	391	1147	1619	1113	1205	2360	3213
9 ^a	100	540	1136	1622	1124	1275	2360	3437
10 ^a	100	237	1158	1565	1101	1167	2359	2969
11 ^a	100	208	1174	1544	1085	1176	2359	3008
12 ^a	100	243	1192	1593	1065	1133	2357	2969
13 ^a	100	784	1204	2270	1054	1138	2358	4192
14 ^a	100	349	1188	1862	1063	1141	2356	3352
15 ^a	100	136	1193	2282	1064	1227	2357	3645
16 ^a	100	564	1175	1553	1082	1178	2357	3295
17 ^a	100	195	1192	2560	1064	1155	2356	3910
18 ^a	100	438	1161	1925	1097	1206	2358	3569
19 ^a	100	433	1147	1983	1109	1235	2356	3651
TOTAL	1902	6354	21993	35410	20941	22837	44836	63139

- QUADRO GERAL COMPARATIVO (MENSAL E ANUAL) DAS RECLAMAÇÕES ENTRADAS E DISPONÍVEIS NO PERÍODO DE -

- 1941 - 1962 -

	ANOS										ANOS										ANOS	
	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962
Janeiro	*****	523	185	469	925	740	1246	304	800	1092	805	1160	1605	1680	2169	2112	2880	2698	2387	2103	2950	3542
Fevereiro	*****	154	365	350	506	806	869	758	785	891	794	1108	1362	1711	2081	2131	2718	2257	2631	2568	2618	3105
Março	*****	275	483	581	755	753	768	773	1059	1120	984	1372	1695	1854	2488	2171	2618	2702	2734	3090	3066	3152
AbriL	*****	353	439	458	536	738	817	764	780	859	1049	1151	1449	1543	1993	2181	2766	2121	2740	2289	2777	3180
Maio	*****	261	344	420	785	682	945	693	862	1108	1040	1316	1593	1552	2098	1934	2489	2178	2475	2160	3225	3618
Junho	*****	172	346	508	978	565	761	720	801	817	983	1219	1666	1544	2044	1835	2267	2000	2188	2367	2948	3098
Julho	* 405	428	243	466	762	602	872	752	846	860	1904	1420	1829	1727	1984	1916	2715	2144	2733	2297	3102	4303
Agosto	728	602	356	590	627	676	784	592	923	738	1227	1229	1579	1877	2075	2168	2564	2007	2358	2138	2942	3888
Setembro	953	409	361	624	560	652	681	562	880	774	936	1392	1535	1891	1973	2195	2247	2054	2100	2280	3048	3719
Outubro	1789	503	327	871	632	717	750	751	910	809	1086	1378	1649	1801	1742	2614	2270	1982	2175	2311	3514	4627
Novembro	729	427	314	512	535	690	564	705	827	775	1051	1250	1580	1902	1899	2196	2151	1945	2237	2095	2853	4113
Dezembro	641	172	373	578	517	755	579	690	976	723	978	1239	1603	1997	1821	1556	2257	1914	2239	2525	2021	3891
TOTAIS	5215	4059	4136	6427	8028	8377	9636	8714	10449	10564	11837	15234	19143	210792	21367	25039	29962	25962	29877	29153	35864	14836

* " A PARTIR DO DIA 5, QUANDO COMEÇOU A FUNCIONAR A " JUSTICA DO TRABALHO "

387.885 TOTAL das reclamações entradas desde a instalação da " JUSTIÇA DO TRABALHO ", até 31 de Dezembro de 1962.

JUNTAS	RECLAMAÇÕES VINDAS DO ANO ANTERIOR		RECLAMAÇÕES RECEBIDAS DURANTE O ANO DE 1962		TOTAL NO ANO DE 1962	
	Processos	Reclamantes	Processos	Reclamantes	Processos	Reclamantes
1ª JUNTA	244	1451	2367	3243	2611	4694
2ª JUNTA	163	274	2362	3012	2530	3286
3ª JUNTA	440	590	2369	3097	2809	3687
4ª JUNTA	605	747	2364	3057	2969	3804
5ª JUNTA	223	1078	2364	2918	2537	3996
6ª JUNTA	924	1137	2360	4728	3234	5365
7ª JUNTA	371	919	2359	3148	2730	4067
8ª JUNTA	406	998	2360	3213	2766	4211
9ª JUNTA	367	2502	2360	3143	2727	5945
10ª JUNTA	410	1681	2359	2959	2769	4640
11ª JUNTA	445	789	2359	3012	2804	3901
12ª JUNTA	331	539	2357	2969	2688	3508
13ª JUNTA	304	836	2358	4192	2662	5023
14ª JUNTA	562	1104	2365	3351	2927	4455
15ª JUNTA	124	395	2358	3958	2482	4329
16ª JUNTA	491	670	2358	3080	2849	3850
17ª JUNTA	330	1061	2356	3828	2636	4889
18ª JUNTA	247	1420	2359	3573	2606	4993
19ª JUNTA	472	980	2356	3651	2828	4631
SUB-TOTAL (Total da sede)	7.464	19.171	14.850	64.508	52.314	83.679
AMERICANA	-	-	153	349	153	349
ARARAQUARA	-	-	213	933	213	933
BAURU	-	-	224	344	224	344
CAMPINAS	161	770	1728	2586	1839	3356
CUIABÁ	17	17	133	146	150	163
1ª DE CURITIBA	310	550	1927	2227	2237	2777
GUARULHOS	-	-	148	547	148	547
JUNDIAÍ	107	319	1847	3966	1954	4205
LONDRINA	-	-	65	87	66	87
NOGI DAS CRUZES	-	-	354	720	354	720
PONTA GROSSA	-	-	33	38	33	38
RIBAS DO PRETO	199	675	1669	3002	1868	3676
RIO CLARO	-	-	167	302	167	302
SANTO ANDRÉ	378	6632	1800	2180	2173	8862
1ª DE SANTOS	302	1103	1438	3172	1740	4280
2ª DE SANTOS	184	297	1431	1810	1615	2107
SÃO BERNARDO DO CAMPO	-	-	630	850	630	850
SÃO CARLOS DO SUL	-	-	1557	2204	1557	2204
SÃO CARLOS	-	-	258	409	258	409
SOROCABA	153	303	1414	1902	1567	2205
TAUBATÉ	--	--	35	57	35	57
SUB-TOTAL (Fora da sede)	1.811	10.721	17.525	27.810	19.336	38.531
TOTAL GERAL	9.275	29.892	62.375	92.318	71.650	122.210

J U N T A S	Processos Solucionados	Número de reclamantes dos processos solucionados	Processos por solucionar	Número reclamantes dos processos por solucionar -
1ª JUNTA	1944	2934	667	1760
2ª JUNTA	2034	2506	463	1190
3ª JUNTA	2011	2833	793	804
4ª JUNTA	2147	2454	720	1077
5ª JUNTA	1974	2842	613	1154
6ª JUNTA	2254	2847	1030	3018
7ª JUNTA	1733	2079	771	1540
8ª JUNTA	1985	2348	681	1473
9ª JUNTA	2011	2874	716	3071
10ª JUNTA	1993	2464	680	1947
11ª JUNTA	1965	2496	839	1305
12ª JUNTA	2028	2601	660	907
13ª JUNTA	1988	3153	574	1091
14ª JUNTA	1916	2706	1027	1838
15ª JUNTA	2236	3158	230	1123
16ª JUNTA	1859	2599	822	1368
17ª JUNTA	1950	2790	736	2099
18ª JUNTA	2021	2930	585	2063
19ª JUNTA	2075	3328	753	1303
SUB-TOTAL (Total da sede) . . .	38.204	51.922	13.370	30.131
AMERICANA	95	145	68	204
ARARAQUARA	41	61	122	349
BAURU	180	288	44	56
CAMPINAS	1614	2924	298	461
CUIABA	123	127	126	140
1ª DE CURITIBA	1678	1893	559	884
GUARULHOS	228	466	220	279
JUNDIAÍ	1806	3879	148	406
LONDRINA	14	23	52	64
MOGI DAS CRUZES	16	16	338	704
PONTA GROSSA	55	67	30	35
RIBEIRÃO PRETO	1539	3012	329	664
RIO CLARO	35	67	132	235
SANTO ANDRÉ	1510	3643	663	5219
1ª DE SANTOS	1372	2914	361	1359
2ª DE SANTOS	1205	1415	410	692
SÃO BERNARDO DO CAMPO	341	563	272	310
SÃO CAETANO DO SUL	1603	2487	212	939
SÃO CARLOS	92	151	116	258
SOROCABA	1508	2025	59	180
TAUBATÉ	15	15	20	22
SUB-TOTAL (Fóra da sede) . . .	15.060	26.181	4.584	13.460
TOTAL GERAL	53.264	78.103	17.954	43.591

JUNTAS	PROCESSOS EM PAUTA	NÚMERO DE RECLAMANTES DOS PRO- CESSOS EM PAUTA	ADIAMENTOS		DILIGÊNCIAS	
			PROC.	RTEs.	PROC.	RTEs.
1ª JUNTA	2572	3945	628	1011	3	3
2ª JUNTA	2835	4808	808	2355	1	1
3ª JUNTA	3704	5382	1531	2185	7	21
4ª JUNTA	4237	5591	1968	2780	6	6
5ª JUNTA	3630	4735	1664	1891	-	-
6ª JUNTA	3713	5357	1450	2477	9	33
7ª JUNTA	2486	3199	610	868	1	1
8ª JUNTA	3324	4341	1367	2005	-	-
9ª JUNTA	3413	6032	370	1133	-	-
10ª JUNTA	3265	4672	1182	2101	2	2
11ª JUNTA	3575	3801	250	365	-	-
12ª JUNTA	3356	4642	1122	2058	2	2
13ª JUNTA	3357	6907	1238	3588	1	1
14ª JUNTA	3524	5014	1522	2475	5	6
15ª JUNTA	3277	7236	1267	4706	-	-
16ª JUNTA	3472	4890	1536	2330	1	1
17ª JUNTA	3514	5695	1728	3194	2	2
18ª JUNTA	3076	7603	1156	5281	-	-
19ª JUNTA	2798	4448	968	1998	-	-
SUB-TOTAL (Total da sede) ...	63.168	98.326	22.665	44.810	40	79
AMERICANA	97	155	-	-	-	-
ARARAQUARA	85	142	44	81	-	-
BAURU	315	544	35	-	-	-
CAMPINAS	2517	4298	903	1382	-	-
CUIABÁ	148	154	59	59	10	10
1ª DE CURITIBA	3100	3715	1432	1922	-	-
GUARULHOS	367	466	139	198	-	-
JUNDIAÍ	2894	6356	1088	2477	-	-
LONDRINA	25	34	11	11	-	-
MOGI DAS CRUZES	26	27	-	-	-	-
PONTA GROSSA	81	93	-	-	-	-
RIBEIRÃO PRETO	2931	7275	1142	4263	-	-
RIO CLARO	61	110	26	43	-	-
SANTO ANDRÉ	2358	7366	848	3723	-	-
1ª DE SANTOS	2373	7633	721	4953	5	6
2ª DE SANTOS	2467	3532	1267	2117	-	-
SÃO BERNARDO DO CAMPO	553	1157	212	594	-	-
SÃO CAETANO DO SUL	2328	6504	750	4032	-	-
SÃO CARLOS	96	129	-	-	-	-
SOROCABA	2922	4941	1373	1373	41	43
TAUBATÉ	19	19	4	4	-	-
SUB-TOTAL (Fóra da sede) ...	25.813	54.650	10.354	27.232	56	59
TOTAL GERAL	88.981	152.976	33.019	72.042	96	138

JUNTAS	CUSTAS EM CR\$ ****		
	CONTADAS	ARREGADADAS	DISPENSADAS
1ª JUNTA	1.261.105,60	753.753,90	1.557.297,20
2ª JUNTA	2.211.564,10	1.151.823,50	1.488.614,70
3ª JUNTA	1.929.403,90	873.162,30	1.100.583,00
4ª JUNTA	2.741.466,90	873.811,30	1.867.281,00
5ª JUNTA	901.102,70	1.052.574,00	563.953,60
6ª JUNTA	2.947.162,80	881.817,20	1.650.345,10
7ª JUNTA	2.113.788,00	841.658,00	132.351,10
8ª JUNTA	992.848,10	759.913,60	1.405.429,00
9ª JUNTA	1.952.886,70	630.819,20	1.461.814,10
10ª JUNTA	2.479.468,90	774.528,70	1.254.950,40
11ª JUNTA	8.902.019,00	1.390.365,10	1.382.778,80
12ª JUNTA	2.308.363,50	621.980,80	1.539.459,10
13ª JUNTA	2.044.164,50	2.071.556,60	1.095.991,20
14ª JUNTA	2.979.892,00	2.312.839,30	1.119.126,20
15ª JUNTA	4.540.363,30	2.541.374,10	1.614.395,00
16ª JUNTA	2.545.939,20	841.500,20	1.455.508,10
17ª JUNTA	1.252.753,10	1.000.655,40	1.221.417,20
18ª JUNTA	1.364.895,00	1.321.015,40	1.005.489,90
19ª JUNTA	2.038.090,00	733.930,20	1.195.768,70
SUB-TOTAL (Total da sede) . .	47.537.282,20	21.414.068,80	24.142.553,40
AMERICANA	95.120,10	18.394,10	69.394,10
ARARAQUARA	58.188,50	14.780,90	28.525,10
BAURU	193.613,60	80.943,50	88.491,20
CAMPINAS	2.115.064,10	1.019.375,10	851.707,40
CUIABÁ	172.029,00	126.757,00	61.015,00
1ª DE CURITIBA	607.754,10	616.304,10	-
GUARULHOS	220.852,10	14.236,10	64.572,90
JUNDIAÍ	2.809.555,80	2.002.428,50	108.343,40
LONDRINA	28.776,00	16.236,00	20.559,00
MOGI DAS CRUZES	13.856,00	5.584,20	7.419,80
PONTA GROSSA	73.435,80	20.577,50	17.399,30
RIBEIRÃO PRETO	2.759.830,30	865.653,10	1.081.377,80
RIO CLARO	102.626,60	14.777,50	36.004,30
SANTO ANDRÉ	2.252.624,60	1.148.309,10	662.729,40
1ª DE SANTOS	1.378.011,60	698.766,40	866.077,10
2ª DE SANTOS	1.657.790,50	363.450,90	766.797,50
SÃO BERNARDO DO CAMPO . . .	300.922,90	236.013,10	242.535,60
SÃO CAETANO DO SUL	1.950.510,70	526.855,40	850.287,30
SÃO CARLOS	86.271,60	26.081,90	36.344,90
SOROCABA	1.290.669,90	345.373,20	859.928,60
TAUBATÉ	13.260,60	1.050,60	9.704,00
SUB-TOTAL (Fora da sede) . .	18.180.764,40	8.189.948,20	6.729.243,70
TOTAL GERAL	65.718.046,60	29.604.017,00	30.871.797,10

JUNTAS	CONCILIADAS			PROCEDENTES			PROCEDENTES EM PARTE			IMPROCEDENTES		
	Proc.	Rtos.	Valor em Cr\$	Proc.	Rtos.	Valor em Cr\$	Proc.	Rtos.	Valor em Cr\$	Proc.	Rtos.	Valor em Cr\$
1 ^a JUNTA	564	610	19.615.789,10	200	239	12.951.251,40	130	162	9.607.974,60	188	237	12.896.133,00
2 ^a JUNTA	636	821	27.233.801,40	197	290	16.737.519,60	121	202	8.360.458,90	152	175	10.227.838,90
3 ^a JUNTA	736	1030	22.452.881,30	238	318	12.392.722,60	93	112	6.797.612,30	99	151	9.475.067,70
4 ^a JUNTA	666	775	28.651.371,20	239	469	22.350.360,20	97	119	4.001.104,70	112	155	7.363.096,70
5 ^a JUNTA	629	759	21.674.190,90	236	336	13.059.061,00	73	110	5.110.398,10	122	257	6.821.316,90
6 ^a JUNTA	739	819	26.352.930,90	225	353	20.717.301,50	101	203	15.921.694,00	161	180	9.401.381,30
7 ^a JUNTA	475	527	11.011.550,60	257	301	22.222.031,80	62	119	3.029.166,10	160	181	8.605.095,90
8 ^a JUNTA	639	692	23.272.098,10	211	281	12.982.992,00	56	74	3.786.045,90	99	146	4.801.093,60
9 ^a JUNTA	582	638	11.388.611,50	173	209	9.633.990,30	71	118	2.381.580,40	116	131	2.381.580,40
10 ^a JUNTA	614	715	20.049.128,60	188	270	11.079.417,50	97	114	7.230.105,60	176	325	10.511.153,50
11 ^a JUNTA	534	602	19.512.837,20	144	213	8.980.076,80	126	228	10.797.307,10	160	206	9.015.089,00
12 ^a JUNTA	608	715	21.120.579,00	218	305	11.801.760,70	52	53	2.987.609,80	132	167	10.280.738,70
13 ^a JUNTA	760	986	43.259.801,30	266	632	29.161.627,90	113	318	18.127.266,90	99	320	10.010.651,70
14 ^a JUNTA	536	559	23.699.026,90	305	559	30.410.230,20	61	70	38.111.559,70	89	114	7.518.958,00
15 ^a JUNTA	859	1.067	36.519.350,90	329	536	52.057.188,80	93	338	55.817.869,70	122	156	11.819.070,70
16 ^a JUNTA	524	623	28.319.786,80	218	210	19.845.522,10	81	117	3.155.799,80	121	160	11.577.497,90
17 ^a JUNTA	532	635	19.392.123,20	351	558	19.051.393,90	112	148	2.951.813,40	116	135	2.563.928,50
18 ^a JUNTA	642	723	25.812.807,10	215	289	19.678.817,30	92	108	7.892.955,00	116	236	9.545.674,20
19 ^a JUNTA	619	775	21.040.500,90	174	410	11.605.895,10	49	86	3.380.056,90	60	77	8.538.016,00
SUB-TOTAL (total da sede).....	11.974	14.149	461.359.253,20	4.434	6.978	362.788.236,70	1.695	2.839	209.410.308,90	2.463	3.462	169.410.148,60
AMERICANA	10	57	3.901.301,30	11	21	387.000,00	2	2	3.000.000,00	2	2	300.000,00
ABARAQUARA	18	19	533.533,90	1	9	200.000,00	2	2	22.833,60	2	2	190.000,00
BAURO	55	57	1.413.596,00	29	53	2.169.301,90	28	30	1.420.821,80	8	9	409.722,80
CAMPINAS	572	691	17.303.271,60	225	526	18.175.739,50	255	506	17.672.437,50	127	526	7.592.327,50
GUIABA	43	45	1.030.935,20	24	24	1.017.399,50	11	12	617.626,10	3	3	281.351,00
1 ^a DE CURITIBA	954	1053	45.070.133,60	129	145	7.219.856,40	88	159	5.471.710,20	98	110	7.812.053,50
GUARULHOS	69	71	1.735.060,80	30	42	1.192.156,30	18	35	399.502,40	18	19	660.313,60
JUNDIAÍ	1028	2783	77.128.510,60	126	262	9.985.999,30	168	309	10.308.508,90	87	113	7.767.855,30
LONDRINA	6	11	322.116,00	-	-	-	1	1	80.000,00	1	1	18.470,00
MOCI DAS CRUZES	11	11	332.726,00	2	2	74.355,00	-	-	-	-	-	-
PONTA GROSSA	35	43	1.465.113,20	5	6	96.019,10	2	2	112.816,00	1	1	48.160,00
RIBEIRÃO PRETO	609	1108	20.116.457,20	99	184	5.603.772,40	252	910	55.322.372,50	49	69	4.421.710,50
RIO CLARO	21	52	1.492.651,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTO ANDRÉ	493	2116	36.833.561,20	174	356	15.041.107,30	53	147	2.652.433,80	108	323	21.372.972,00
1 ^a DE SANTOS	471	585	11.475.202,50	156	236	11.399.829,10	66	1133	7.311.600,30	73	109	6.386.809,20
2 ^a DE SANTOS	381	405	10.830.401,20	150	236	13.240.087,30	44	90	2.229.161,40	63	70	3.390.297,40
SÃO BERNARDO DO CAMPO ..	132	163	5.012.106,60	53	72	5.812.495,10	12	45	763.930,10	21	35	1.732.256,20
SÃO CARSTAO DO SUL ...	396	763	20.794.019,30	180	300	21.325.279,20	90	211	4.268.745,00	213	412	12.450.758,00
SÃO CARLOS	42	50	1.211.455,80	5	6	102.733,50	2	2	116.120,30	6	7	354.006,80
SOROCABA	353	396	13.858.356,70	98	335	5.320.919,90	97	151	5.273.467,10	70	62	6.523.939,00
TAUBATÉ	5	5	61.751,90	1	1	55.999,70	1	1	11.292,00	2	2	76.070,40
SUB-TOTAL (total fora da sede).....	5.830	10.477	275.518.330,10	1.496	2.816	119.881.932,00	1.218	3.739	111.752.152,90	1.012	1.875	82.191.683,10
TOTAL GERAL	17.804	21.626	734.877.633,30	5.930	9.794	182.669.718,70	2.903	6.628	321.192.461,30	3.505	5.537	251.612.131,70

DECISÕES PROPRIETÁRIAS - JUNHAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO - QUADRO II

JUNTAS	ARQUIVADAS			DESISTÊNCIAS			NÃO CONHECIDAS			Incompetência da Junta	Homologações de Denúncias		
	Proc.	Rtes.	Valor em Cr\$	Proc.	Rtes.	Valor em Cr\$	Proc.	Rtes.	Valor em Cr\$	Proc.	Rtes.	Proc.	Rtes.
1ª JUNTA	661	561	28.631.520,90	237	487	12.167.195,00	-	-	-	4	4	93	101
2ª JUNTA	497	507	22.726.380,40	170	197	8.379.074,90	1	1	-	2	2	55	55
3ª JUNTA	535	639	25.007.290,00	83	93	4.997.573,20	7	8	459.353,00	2	2	69	69
4ª JUNTA	605	723	28.242.101,60	225	248	11.393.044,10	-	-	-	3	3	51	51
5ª JUNTA	726	1.029	29.497.195,40	-	-	-	-	-	-	-	-	91	95
6ª JUNTA	595	692	33.815.178,90	216	226	12.399.131,10	-	-	-	-	-	89	92
7ª JUNTA	765	863	32.083.998,20	-	-	-	-	-	-	1	3	11	11
8ª JUNTA	550	651	25.098.237,70	310	368	16.182.410,90	-	-	-	1	1	51	51
9ª JUNTA	601	688	23.422.426,50	252	283	13.382.711,70	-	-	-	-	-	55	57
10ª JUNTA	674	762	30.852.899,00	-	-	-	94	199	3.006.161,90	4	4	56	57
11ª JUNTA	660	721	25.810.863,30	157	171	9.111.969,90	-	-	-	-	-	92	98
12ª JUNTA	657	794	35.231.117,20	133	150	6.710.773,90	-	-	-	4	4	57	60
13ª JUNTA	463	566	21.281.799,10	170	215	7.346.994,30	-	-	-	5	7	56	57
14ª JUNTA	444	524	24.416.893,90	203	231	11.647.276,50	-	-	-	2	2	83	89
15ª JUNTA	535	763	36.523.162,40	81	109	5.329.829,00	-	-	-	2	6	51	51
16ª JUNTA	547	533	33.129.127,50	242	279	13.387.015,90	14	19	920.695,90	2	2	39	39
17ª JUNTA	549	863	24.918.510,10	62	89	3.948.472,60	-	-	-	-	-	92	98
18ª JUNTA	433	690	25.169.128,00	160	179	8.368.516,30	1	1	400.000,00	10	13	49	49
19ª JUNTA	526	581	19.546.617,90	236	327	8.240.123,70	-	-	-	-	-	94	98
SUB-TOTAL (Total da sede)	10.797	13.272	523.310.817,90	2.917	3.692	153.522.111,90	117	228	4.786.203,90	45	53	1.236	1.278
AMÉRICA	29	62	1.952.634,40	-	-	-	-	-	-	-	-	12	12
ARARAQUARA	8	12	552.972,00	7	14	455.574,70	-	-	-	-	-	-	-
BAURU	36	37	1.530.318,60	12	90	892.460,50	3	3	311.000,00	3	3	2	2
CAMPINAS	318	578	21.550.435,10	32	37	3.831.168,40	-	-	-	11	14	31	31
GUARAPUAVA	16	16	801.172,60	13	13	923.816,00	-	-	-	7	7	3	3
1ª DE CURITIBA	298	521	15.179.314,90	690	729	35.035.116,20	-	-	-	1h	15	84	84
GUARULHOS	65	67	2.307.268,00	15	16	739.398,90	-	-	-	-	-	2	2
JUNDIAÍ	163	211	8.453.209,10	113	113	6.136.790,40	20	53	5.127.719,40	4	7	15h	155
LONDRINA	6	10	821.394,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MOCAMBO DAS CRUZES	3	3	61.480,00	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
PONTA GROSSA	11	14	362.018,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RIBEIRÃO PRETO	265	401	21.157.236,20	91	206	9.751.061,90	-	-	-	3	3	21	22
RIO CLARO	4	8	52h.559,00	1	1	-	-	-	-	-	-	6	6
SANTO ANDRÉ	360	368	13.436.004,40	138	190	7.938.967,60	-	-	-	-	-	70	70
1ª DE SANTOS	261	295	11.018.236,20	138	201	7.289.398,80	16	53	2.053.365,20	9	115	88	129
2ª DE SANTOS	294	302	13.245.031,70	1h4	163	3.454.395,70	-	-	-	9	9	91	101
SÃO BERNARDO DO CAMPO	105	190	7.259.026,50	12	21	-	-	-	-	3	3	6	6
SÃO CAETANO DO SUL	361	424	18.306.418,90	90	119	5.977.913,70	-	-	-	36	39	72	72
SÃO CARLOS	18	32	1.818.373,00	1	1	132.237,50	-	-	-	-	-	1	1
SOROCABA	116	118	6.517.411,70	166	250	13.911.827,40	-	-	-	-	-	54	54
TAUBATÉ	3	3	13h.754,20	-	-	-	1	1	7.340,00	1	1	-	-
SUB-TOTAL (Fora da sede)	2.713	3.462	150.325.322,40	1.653	2.164	9h.798.160,60	40	70	5.499.924,60	100	216	700	753
TOTAL GERAL	13.545	16.734	673.666.140,30	4.570	5.816	24h.320.272,40	157	298	10.286.128,40	145	269	1.934	2.031

DECISÕES PROFERIDAS - JUÍZAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO - QUADRO III

JUNTAS	INQUÉRITOS JUDICIAIS								Conf. de Jurisdição		Feitos remetidos a outros		RECURSOS DE EMBARGOS		
	Conciliados		Procedentes		Improcedentes		Arquivados		TRF	TST	orgãos		Providos	Providos em parte	Não providos
	Proc.	Rtos.	Proc.	Rtos.	Proc.	Rtos.	Proc.	Rtos.	Proc.	Proc.	Proc.	Rtos.	Proc.	Proc.	Proc.
1ª JUNTA	3	3	6	6	-	-	-	-	-	-	3	3	16	9	123
2ª JUNTA	4	4	1	1	3	3	-	-	-	-	8	8	2	6	124
3ª JUNTA	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	97	479	24	8	124
4ª JUNTA	-	-	4	5	3	3	2	2	-	-	4	8	7	3	117
5ª JUNTA	1	1	2	2	3	3	-	-	-	-	8	8	18	2	119
6ª JUNTA	1	1	2	2	2	2	-	-	-	-	107	224	5	3	77
7ª JUNTA	-	-	1	1	1	1	-	-	-	-	2	2	4	2	132
8ª JUNTA	4	18	1	1	1	1	-	-	-	-	9	9	10	4	72
9ª JUNTA	1	1	-	-	1	1	1	1	-	-	7	9	17	27	92
10ª JUNTA	1	1	1	1	1	1	-	-	1	1	12	15	6	3	79
11ª JUNTA	-	-	2	2	2	2	-	-	-	-	5	5	5	3	118
12ª JUNTA	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	8	11	15	3	114
13ª JUNTA	4	4	2	2	1	1	-	-	-	-	11	12	4	2	121
14ª JUNTA	-	-	2	2	1	1	-	-	-	-	11	16	10	4	111
15ª JUNTA	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	12	12	2	2	101
16ª JUNTA	1	1	-	-	1	1	-	-	1	-	37	392	8	2	75
17ª JUNTA	-	-	-	-	2	2	4	4	-	-	7	7	8	125	1
18ª JUNTA	2	2	3	3	1	1	-	-	-	-	4	4	4	4	85
19ª JUNTA	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	7	15	3	1	60
SUB-TOTAL (TOTAL DA SÉDE)...	24	38	30	31	23	23	7	7	2	1	359	1.239	168	213	1.375
AMERICANA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
ARARAQUARA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BAURU	-	-	2	2	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	8
CAMPINAS	-	-	-	-	2	2	1	1	-	-	-	-	2	6	124
CUIABÁ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
1ª DE CURITIBA	3	3	5	5	-	-	1	1	-	-	4	4	-	-	20
GUARULHOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	13	1	-	1
JUNDIAÍ	3	3	2	2	1	1	-	-	-	-	-	-	3	7	100
LONDRINA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MOGI DAS CRUZES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PONTA GROSSA	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RIBEIRÃO PRETO	-	-	-	-	3	3	1	1	-	-	2	2	10	1	37
RIO CLARO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTO ANDRÉ	1	1	3	3	-	-	1	1	-	-	59	59	1	1	45
1ª DE SANTOS	1	1	3	4	2	2	-	-	-	-	18	-	9	2	48
2ª DE SANTOS	1	1	3	3	1	1	-	-	-	-	21	44	1	-	24
SEU BERNARDO DO CAMPO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	118	118	-	-	12
SEU CARIOCA DO SUL	1	1	1	1	3	5	-	-	-	-	5	5	1	3	105
SEU CARLOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SOROCABA	1	1	2	2	1	1	1	1	-	-	2	2	8	2	45
TAUBATÉ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUB-TOTAL (FÓRA DA SÉDE)...	12	12	21	22	14	16	6	6	-	-	242	247	36	22	569
TOTAL GERAL	56	50	51	53	57	59	13	13	2	1	601	1.496	204	235	2.044